



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G

CONSULTORIA
POLÍTICA

AGENDA SEMANAL

15 a 19 de dezembro
2025



Cenário Político

No Senado, o clima é de urgência. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deve votar na quarta-feira (17) o polêmico PL da Dosimetria, que beneficia Jair Bolsonaro e outros condenados do 8 de janeiro, sob relatoria de Esperidião Amin (PP-SC). Há movimentações contrárias, como o voto em separado anunciado pelo senador Alessandro Vieira, que aponta "vícios insanáveis". Em paralelo, o Congresso deve se reunir na quinta-feira (18), ou até antes, para votar a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, cujo relatório final está a cargo do deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL), com previsão de aumento de recursos para áreas sociais como o Bolsa Família.

Na Câmara dos Deputados, a Comissão Especial deve votar nesta terça-feira (16) o relatório do deputado Mendonça Filho (União-PE) sobre a PEC da Segurança Pública. O substitutivo propõe a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), amplia atribuições da Polícia Federal e destina fundos específicos para o setor, buscando um equilíbrio federativo após críticas de governadores. A votação é um teste de força para o governo e o relator, visando enviar o texto ao plenário ainda este ano.

O presidente Lula promove uma reunião ministerial para balanço de ano e participa de reunião do Mercosul, enquanto aguarda a divulgação de pesquisas de popularidade e sucessão presidencial. O cenário é de pressão para aprovar pautas econômicas que garantam receitas, como as mudanças no IBS e cortes de benefícios tributários, essenciais para fechar as contas do próximo ano.

PEC da Segurança Pública

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados definiu um cronograma intensivo para a aprovação da PEC da Segurança Pública (PEC 18/25), prevendo a votação do parecer do relator Mendonça Filho nesta terça-feira (16) pela manhã e, mediante aprovação, a realização imediata do primeiro turno no plenário no mesmo dia, deixando a conclusão em segundo turno para a quinta-feira (18). O substitutivo apresentado altera a proposta original do governo ao priorizar a descentralização e a autonomia dos estados na gestão da segurança, instituindo o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e

Perspectiva semanal

constitucionalizando fontes de financiamento que incluem 15% do Fundo Social do pré-sal e 6% das receitas de loterias e apostas, com a expectativa de triplicar os recursos federais para o setor.

Além das mudanças estruturais e orçamentárias, o texto endurece a legislação penal ao determinar que o Congresso crie leis para vedar a progressão de regime e a liberdade provisória para integrantes de organizações criminosas de alta periculosidade, prevendo ainda um referendo sobre a redução da maioridade penal para crimes violentos. O relatório também reorganiza as forças policiais, transformando guardas municipais em polícias comunitárias e ampliando competências da Polícia Federal, ao mesmo tempo em que estabelece um mecanismo de freio ao Judiciário, permitindo que o Legislativo suste atos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do CNMP que exorbitem o poder regulamentar. A celeridade na tramitação responde à pressão por respostas à violência urbana, como a recente megaoperação no Rio de Janeiro, mas exigirá ampla articulação para garantir os 308 votos necessários no plenário.

PL da Dosimetria

Manifestações ocorreram em diversas capitais brasileiras, incluindo São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, contra o Projeto de Lei da Dosimetria (PL 2.162/23), aprovado pela Câmara dos Deputados. O projeto altera o cálculo das penas e as regras de progressão de regime, reduzindo o tempo de prisão para condenados por tentativa de golpe de Estado, o que beneficiaria diretamente o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros envolvidos nos atos de 8 de janeiro.

A proposta, resultado de um acordo político entre o Centrão e a ala bolsonarista como alternativa à anistia, enfrenta forte resistência no Senado. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Otto Alencar (PSD-BA), declarou que o texto "não tem a menor chance de passar" na comissão, classificando-o como "pró-facção" e "absurdo". Especialistas e senadores, como Alessandro Vieira (MDB-SE) e Esperidião Amin (PP-SC), alertam que a redação atual é contraditória e pode beneficiar criminosos comuns, incluindo condenados por corrupção e delitos sexuais, ao reduzir a exigência de cumprimento de pena para progressão de regime.

Apesar das críticas, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, pautou a análise do projeto para a próxima quarta-feira (17), mas a tendência é de adiamento ou rejeição na CCJ. O líder do governo, Randolfe Rodrigues, orientou o pedido de vista para empurrar a discussão para 2026, enquanto Alessandro Vieira planeja apresentar voto pela rejeição total ou propor um substitutivo que restrinja os benefícios apenas aos participantes de menor gravidade do 8 de janeiro, excluindo lideranças e financiadores.

Perspectiva semanal

Avaliação Semanal do Governo

POLÍTICA

Apesar da oposição do governo, a Câmara dos Deputados aprovou o PL da Dosimetria, cuja análise pelo Senado pode ocorrer ainda nesta semana. Em contrapartida, o Executivo tem registrado avanços em pautas econômicas estratégicas no Congresso, obtendo êxito nas articulações sobre o projeto do devedor contumaz e o Orçamento da União.

ECONOMIA

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou novembro com alta de 0,18%, acelerando em relação aos 0,09% registrados em outubro, conforme dados do IBGE. No acumulado do ano, a inflação soma 3,92%. Já no recorte de 12 meses, o índice ficou em 4,46%, apresentando desaceleração frente à taxa de 4,68% observada até o mês anterior.

SOCIAL

O Brasil registrou aumento na frequência escolar de crianças em 2024. No grupo de 0 a 3 anos, a taxa subiu de 38,6% em 2023 para 39,7%, acumulando um avanço de 9,4 pontos percentuais desde 2016. Já entre as crianças de 4 a 5 anos, o índice passou de 93,0% para 93,5%, representando um crescimento de 3,5 pontos percentuais em relação ao início da série histórica.

Pauta de Final de Ano

Na última semana de atividades legislativas de 2025, o Congresso Nacional concentra esforços para limpar a pauta antes do recesso e do início do ano eleitoral, com destaque para a votação do Orçamento de 2026 prevista para quinta-feira (18), cuja aprovação é favorecida pela garantia de execução antecipada de emendas parlamentares.

Na Câmara dos Deputados, a prioridade recai sobre a conclusão da regulamentação da Reforma Tributária (PLP 108/24) e o uso de recursos do Fundo Social (PLP 163/25), além do retorno do PL Antifacção para análise final e da votação da PEC da Segurança Pública na comissão especial, embora a deliberação desta última em plenário seja considerada remota.

Ainda na Câmara, podem entrar em pauta a redução de incentivos fiscais, a regulação da inteligência artificial e a Medida Provisória do programa Gás do Povo. Já no Senado, o foco principal é o polêmico projeto da dosimetria, que reduz penas para condenados pelos atos de 8 de janeiro, mas que enfrenta riscos de adiamento devido a manobras regimentais, além da urgência na votação do novo Plano Nacional de Educação (PNE).

Notícias da Semana



Tensões no Supremo Tribunal Federal

FOLHA DE S.PAULO
★ ★ ★



Presidente da CCJ diz que Dosimetria “é uma vergonha” e que votará contra

CNN



Relator admite que PL da Dosimetria pode virar proposta por anistia no Senado

veja



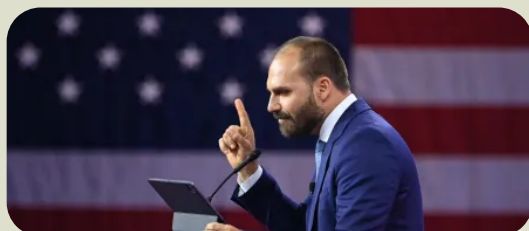
Amizade com garimpeiro revela que tipo de delegado da PF foi Ramagem

O GLOBO



Polícia Federal apreendeu R\$ 9,6 bilhões em operações contra o crime em 2025, diz diretor

ESTADÃO 



Para fechar o ano, Congresso vota orçamento, dosimetria e caso Eduardo

 uol



Sessão Deliberativa Ordinária

Quarta-feira (17) - 14h

PL 2163/2025 - PL da Dosimetria

PL 2163/2025 - Marcelo Crivella (REPUBLICANOS/RJ) - Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) e do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Pendente de aprovação na CCJ.



CPI do Crime Organizado (CPICRIME)

Terça-feira (16) - 14h - Local : Plenário nº 3

Oitiva de Anthony Garotinho - Ex-Governador e Ex-Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro

CPI do Crime Organizado (CPICRIME)

Quarta-feira (18) - 14h - Local : Plenário nº 3

Oitiva de Jorginho Mello, Governador de Santa Catarina, e de Flávio Rogério Pereira Graff, Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina

Comissão de Constituição e Justiça...(CCJ)

Quarta-feira (17) - 09h - Local : Plenário nº 3

PL 2163/2025 - PL da Dosimetria

PL 2163/2025 - Marcelo Crivella (REPUBLICANOS/RJ) - Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) e do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Relator: senador Esperidião Amin

Parecer: pendente de parecer

Sessão Deliberativa Ordinária

Segunda-feira (15) - 18h

Pauta a ser definida.

Comissão Especial (PEC 18/2025)

Terça-feira (16) - 10h - Local : Plenário 01

PEC 18/2025 - PEC da Segurança Pública

PEC 18/2025 - Poder Executivo - Altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública.

Relator: Mendonça Filho (MDB-PE)

Parecer: pela aprovação deste com substitutivo.

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

Terça-feira (16) - 14h - Local : Plenário 06

PL 4357/2025 - Protocolos Hospitalares em Casos de Envenenamento

PL 4357/2025 - Romero Rodrigues (PODE-PB) - Dispõe sobre a obrigatoriedade de protocolos hospitalares para encaminhamento de casos suspeitos de envenenamento intencional às autoridades policiais e dá outras providências.

Relator: Kim Kataguiri (UNIÃO-SP)

Parecer: pela aprovação.



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por Moreira&Gregório Consultoria Política. Direitos reservados.*